



J. Rosa Nunes
Prof. Doutor

Conscientes... e responsáveis!!!

“Os dirigentes políticos regionais de qualquer partido/ideologia, devem entender que há que assumir que é uma OBRA DE REGIME - consequentemente e em todos os aspetos merecendo o público consenso e compromisso geral dos partidos políticos e forças representativas da sociedade – para ser realizada nos próximos anos e cujos serviços prevalecerão por muito longo prazo.”

Sempre considerei que um dia poderia satisfazer um “pequeno” desejo pessoal, o qual seria adquirir um carro de luxo, tipo topo de gama. Talvez o conseguisse se fizesse enormes sacrifícios durante anos. Adquirido o carro, como mantê-lo em bom estado? Custos de gasolina, seguros e impostos, manutenção, pneus especiais ou a ocorrência de algum imprevisto, fariam com que o meu rendimento anual não fosse suficiente para garantir a qualidade da viatura.

A indisponibilidade financeira resultaria na degradação do veículo, podendo torná-lo de pouca utilidade, irrecuperável e no extremo sem valor. Manda a previdência ponderar no ato de investir tendo como objetivo garantir condições para o futuro... para a manutenção.

Nas últimas semanas foram férteis as notícias sobre um assunto de extrema importância para a ilha de S. Miguel e Região. Trata-se da reabilitação e construção do novo hospital. Não sei, porque não estou habilitado por falta de informação, se é o momento certo em que este enorme e dispendioso investimento público deve ocorrer. Tenho sim, a certeza que a situação financeira regional, onde muitos custos do investimento se irão “integrar”, está degradadíssima!!

Nem mesmo consigo saber se as reabilitações a que se propõem proceder – pressuponho que em parte do incêndio – e a nova construção foi devidamente ponderada por técnicos credenciados, com a participação da classe médica regional e demais profissionais que conhecem o assunto, por nele trabalharem e irem desenvolver a sua atividade no dia a dia.

Por outro lado e sinceramente, pouco ou NADA me interessa a opinião que oíço/leio a miúdo na comunicação social sobre o assunto, proveniente de políticos e demais responsáveis regionais, que aproveitando a oportunidade para se candidatarem a lugares, por exemplo de Bolieiro, se fazem de grandes entendidos, apontando um hospital com a valência de escola de medicina.

Num investimento desta grandeza e implicações que originam outros custos – por exemplo, de pessoal, equipamentos, viaturas, manutenção, fornecimentos e serviço da dívida – não podemos enveredar pelo “interesse pessoal ou partidário” pela “exibição”, “luxo” ou “ vaidade”, pelo “improvisado” ou “amadorismo”. Devese, acima de tudo, assumir que se trata de um investimento pesadíssimo financeiramente para a Região, com enormes implicações, entre as quais, o aumento do endividamento público regional que se fará sentir por muitos longos anos, como disse, numa completamente exaurida tesouraria.

Os dirigentes políticos regionais de qualquer partido/ideologia, devem entender que há que assumir que é uma OBRA DE REGIME – consequentemente e em todos os aspetos merecendo o público consenso e compromisso geral dos partidos políticos e forças representativas da sociedade – para ser realizada nos próximos anos e cujos serviços prevalecerão por muito longo prazo. Tenho a certeza de que é importante assumir a sua execução, perante uma população cada vez mais envelhecida e carente dos mais variados tipos de serviços ligados à saúde.

Por outro lado, como salientamos, dever-se-á considerar a má situação financeira regional, felizmente não caminhando a passos largos para uma situação de falência financeira porque, os governos regionais ou nacionais, “sobrevivem” a estas situações em detrimento do bem estar dos cidadãos e à sua custa.

Assumo que os custos iniciais de levantamentos, plantas, definição e implementação de áreas e serviços, concurso público internacional e adjudicação possa ser, de todo o processo de execução da obra, o mais acessível financeiramente. Será aquela parte em que o governo regional conseguirá disponibilizar verbas através do orçamento 2027 para estes compromissos.

O início de execução da obra deve privilegiar por escrito, a letra grande e “bold”, a responsabilização do governo da República, com planificação orçamental adequada, de modo a ser o garante de que mesmo no caso de Montenegro perder a “memória” ou as próximas eleições legislativas, que admito não ser difícil em

qualquer dos casos, a execução e conclusão da obra não seja comprometida. Nunca será posteriormente que estas situações se resolvem, antes porém...

Consequentemente há que evitar problemas aquando da negociação dos apoios financeiros a conceder pela República, que a confirmarem-se rondarão os 250 milhões de euros, representando 85% do custo total estimado da obra. Por outro lado temos que considerar a obtenção de um financiamento pelo governo regional, em condições favoráveis de prazos, período de carência, taxa de juro e respetivo spread, o qual poderá rondar os 50 milhões de euros ou mais.

Admito ser possível, se bem trabalhado a nível comunitário e o governo regional conseguir mostrar intenções de entrar no “bom caminho” para o saneamento das finanças públicas regionais, obter algum financiamento adicional da comunidade europeia, embora seja grande a dificuldade devido aos atuais objetivos comunitários de segurança, assumidos como prioridade.

Por outro lado devemos considerar a hipótese, quase certa e como é usual em obras públicas, de surgirem derrapagens “devidamente(?)” justificadas por “isto e mais aquilo”, podendo de certo assumir-se como exemplo de “desculpa” a insularidade, fazendo dos orçamentos iniciais e devidamente aprovados em concursos, meras contas de merceeiro (desculpem-me os profissionais desta quase extinta área de atividade). Quem pagará estes custos adicionais?

Finalizada a execução da estrutura física do edifício e as melhorias na parte degradada, será então a altura de se assumir outros custos bastante elevados com o fornecimento de mobiliário e de equipamentos especializados (recentemente, por exemplo, a aquisição de equipamento especializado custou 300 mil euros) que tenho a certeza originará gastos de mais algumas centenas de milhões de euros. Novamente, quem irá suportar estes custos?

Devemos ainda considerar o custo de formação de mais profissionais especializados e pessoal em geral, o qual deverá ocorrer no período de execução da obra, a tempo do início de atividade. Em quem recairá a responsabilidade financeira destes outros custos?

Um outro aspeto é a fase a seguir à construção, aquisição de equipamentos e formação. A existência desta unidade hospitalar obriga, como referimos, a ter um planeamento atempado da sua manutenção, “coisa” que o governo regional, por exemplo, desconhece totalmente para quase todos os setores da atividade económica regional. Tal será o garante da continuação da qualidade, não se podendo estar sujeito a “boas vontades” ou a displicência governativa.

Consideramos que o privilégio de participar no ato de “lançar” a primeira pedra de um obra desta envergadura (estimo que com valor final entre 500 e 600 milhões), em nada se poderá assemelhar a uma qualquer inauguração de uma estrada de cinco quilómetros com uma via em cada sentido e duas rotundas nas extremidades, com “foto da família governativa” a passear-se na mesma. Este ato, pelos valores financeiros envolvidos, deve originar uma infinita responsabilidade perante o povo!

De modo algum (até devido à minha idade) considero que não se deve ter um hospital melhor, no que concerne a dimensão, equipamentos e serviços, pessoal especializado, etc... Apenas me “assusta” que na ânsia de mostrar e afirmar “eu fiz” obra, se enverede por comprometer, muitíssimo mais do que já está e é possível, a Região e o futuro dos nossos descendentes dando origem a que estes procurem fora o que os políticos não lhes souberam preparar como futuro.

Ademais devemos admitir a hipótese, sempre possível pelos exemplos existentes, de que mesmo antes da primeira pedra estar lançada ou quando muito no início da execução da obra, começar(em) outra(s) ilha(s) a reclamar(em) o direito a ter(em) uma “nova” unidade hospitalar, senão igual pelo menos idêntica, com as implicações financeiras que daí decorrerão.

Qual o presidente do governo que na ânsia de ter mais “um” voto terá a coragem de dizer: NÃO?